



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3073 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
DEZEMBRO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



CONGRESSO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

Obreiros de um futuro melhor

Entre 2015 e 2019, aderiram mais de 26 mil trabalhadores aos seus sindicatos. Longe dos holofotes, centenas de delegados de cerca de 40 sindicatos juntaram-se no Fórum Lisboa para fazer o balanço de quatro anos de

intervenção. As conquistas laborais e o progresso não seriam possíveis sem a existência de trabalhadores organizados e a União de Sindicatos de Lisboa apontou caminhos futuros por um país mais justo. **págs. 6 e 7**



Trabalhadores não docentes em luta

Foi uma das maiores greves dos últimos anos. A paralisação dos trabalhadores não docentes em protesto contra a falta de condições de trabalho fechou escolas em todo o país no passado dia 29, estimando-se uma adesão acima dos 85%, afirmaram os sindicatos. Falta de funcionários e municipalização são contestadas. **pág. 12**



Governo fecha urgências de pediatria

Depois das várias garantias da Ministra da Saúde de que as urgências de pediatria do Hospital Garcia de Orta (HGO) não iriam encerrar, a ministra da Saúde, Marta Temido, anunciou o seu encerramento a partir do passado dia 18 de Novembro. Populações e utentes de Almada e do Seixal contestam a decisão. **pág. 11**



NACIONAL

Cervejaria Galiza

São 33 os trabalhadores que fizeram quase triplicar a faturação da histórica cervejaria portuense quase na falência por má gestão. Lutam pelos postos de trabalho e pela viabilidade do estabelecimento. **pág. 13**



A VOZ DO OPERÁRIO

Gala de Fado

A Voz do Operário teve casa cheia na 3.ª edição da Gala de Fado superando expectativas e consolida-se como um dos mais importantes eventos anuais deste estilo musical em Lisboa. Homenagearam-se artistas que a partir das bases fazem do fado um símbolo de identidade da nossa cultura. **pág. 3**



A Alemanha que caiu com o muro

Durante 40 anos, até 1989, existiu um país que ultrapassou a Alemanha Ocidental pela esquerda. O acesso à saúde, educação, habitação, o pleno emprego e o reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos foram protagonistas de um modelo social e económico que caiu há três décadas quando a RDA foi assimilada pela RFA. **pág. 14**

Atividade em 2019 e Plano para 2020

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Realizou-se no dia 21 de novembro, a Assembleia Geral d'A Voz do Operário, onde foi aprovado o Plano de Atividades e o Orçamento para 2020, tendo ainda sido feita uma resenha da atividade em curso, que espelha o seu contínuo reforço, prosseguindo o equilíbrio económico e financeiro.

Nesta Assembleia Geral foi igualmente aprovada, por unanimidade, uma saudação calorosa e fraterna aos delegados do XII Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, com a certeza de que do debate surgirão conclusões que darão mais força à luta contra a exploração e por uma vida melhor e mais digna para os trabalhadores do distrito de Lisboa.

Quanto à atividade desenvolvida em 2019, regista-se um novo incremento, patente no novo máximo do volume de receitas que se estima ser superior a 5,1 milhões de euros.

Este crescimento abrangeu as diferentes áreas da nossa Instituição, merecendo naturalmente destaque a educativa, em que aumentou de novo o número de inscrições, havendo situações em que a ocupação está para além do número de crianças comparticipadas pelas entidades públicas.

Prossigui o caminho de sustentabilidade económica e financeira da Instituição, pese as dificuldades acrescidas pelo facto de as comparticipações das entidades públicas não acompanharem os gastos (basta ver que estas comparticipações em 2014 representavam 60% do total de receitas enquanto em 2019 se ficam pelos 46%), ao mesmo tempo que os custos têm vindo a subir, designadamente as remunerações com pessoal, com um crescimento de 4,2% face ao ano anterior, motivado pelas justas atualizações salariais a que procedemos. Mesmo assim, esperamos apresentar no final deste ano um resultado equilibrado, embora ligeiramente negativo.

Mas a sustentabilidade futura da Voz do Operário poderá estar em causa se as comparticipações das entidades públicas não acompanharem o natural crescimento dos gastos. Bater-nos-emos nos diferentes fóruns, para que as entidades públicas não só aumentem as comparticipações por utente (que em alguns casos mantêm o mesmo valor há anos), como alarguem a abrangência desses apoios a

todos os utentes a quem prestamos os nossos serviços.

Saliente-se que, em paralelo com o esforço desenvolvido para o equilíbrio da situação económica, não descurámos a realização de importantes investimentos, imprescindíveis para manter (e melhorar) a elevada da qualidade do serviço prestado.

Estes investimentos abrangem não só os diferentes equipamentos educativos, mas também, outro património detido pela Voz do Operário, como seja o imóvel da Calçada Agostinho Carvalho, cuja obra de reabilitação total do edifício ficou concluída em 2019, aguardando-se apenas as respetivas licenças camarárias, para que este bem possa já em 2020 constituir uma fonte de rendimento para apoio à atividade da Voz do Operário.

Salientem-se igualmente os investimentos realizados na Sede, designadamente com a instalação de sistemas de segurança contra incêndios, prosseguindo o programa de reabilitação do Salão de Festas, de forma a ser melhor aproveitado na realização de iniciativas culturais.

Apresentámos uma candidatura ao PARES, da responsabilidade da Segurança Social, para uma completa reabilitação do equipamento de Creche e Pré-escolar da Graça.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2020 prossegue a linha de rigor, apostando em novo crescimento da atividade, mantendo a elevada qualidade do serviço prestado, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, mantendo atualizados os sites da Instituição e do Jornal, promovendo iniciativas culturais diversificadas e participando ativamente no movimento associativo.

Celebraremos o nosso 137º aniversário, que incluirá a realização do tradicional jantar e sessão solene, onde será feita uma especial homenagem ao nosso Jornal, no âmbito das comemorações do seu 140º aniversário.

Participaremos nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, bem como nas festas de Lisboa, com a nossa marcha infantil e os nossos arraiais populares.

Considerando o grande êxito alcançado nas três anteriores edições, realizaremos em 2020 a 4.ª Gala de Fado da Voz do Operário.

O sucesso do nosso trabalho depende do contributo de todos, sócios, trabalhadores e amigos, a quem formulo votos de Boas Festas e um Bom 2020.

EDITORIAL

Caminhar rumo a um país melhor

Durante a última década, houve quem não se importasse de alimentar de novo o ovo da serpente e que agora se finja surpreendido com uma Europa semeada de formações políticas de extrema-direita. Portugal não é exceção. A mais profunda das revoluções no Ocidente Europeu desde a Comuna Paris derrotou o fascismo mas sofreu um duro golpe a 25 de novembro de 1975. Não admira pois que a entrada da extrema-direita, conservadora e liberal, na Assembleia da República, através do Chega e da Iniciativa Liberal, em conjunto com o PS, o PSD e o CDS-PP, use a data como bandeira.

A serpente que agora desperta e abre armários onde tanta gente esteve escondida durante anos vive da mentira e do palco que jornais, rádios e televisões lhe dão. Não deixa de ser extraordinário que num país em que boa parte da comunicação social se dedica a silenciar ou a deturpar o papel do movimento sindical, se dê cada vez mais espaço a ações e estruturas ideologicamente alheadas daquilo que tem sido a prática de compromisso da CGTP com um projeto de progresso e justiça social.

É bem possível que a maioria dos eleitores que deram o voto a André Ventura não saiba quais as suas propostas eleitorais para além dos soundbites televisivos. O homem que diz estar contra as elites defendeu a entrega precisamente a estas elites dos hospitais e centros de saúde, de escolas e universidades e de transportes como o metro, a Carris e a CP. Ou seja, que a nossa saúde dependa da nossa conta bancária, que haja filhos de primeira e filhos de segunda nas escolas, e que os lucros do que hoje é público acabe nas mãos de algum grupo económico e financeiro.

Há muitas razões para que o descontentamento se expresse nas ruas e nos locais de trabalho. Os diferentes protestos que se têm vindo a desenrolar no país mostram que há um povo não vive de migalhas e que quer aquilo que devia ser seu por direito. O ano que acaba agora é também o fim de uma década que vai ficar marcada na história pelo sacrifício a que fomos sujeitos para pagar as dívidas dos grandes grupos económicos e financeiros. Mas também pela mobilização dos trabalhadores e da população contra as políticas de direita e a troika. O nosso passado longínquo e recente, assim como os protestos em muitos países do mundo, mostram que a luta é o único caminho.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



MÚSICA

O coração popular do fado bate n'A Voz do Operário



Salão d'A Voz encheu-se para receber a Gala de Fado

A 3.ª edição da Gala de Fado d'A Voz do Operário superou as expectativas e consolida-se como um dos mais importantes eventos anuais deste estilo musical em Lisboa.

O histórico salão de festas d'A Voz do Operário, um dos mais bonitos e simbólicos espaços associativos de Lisboa, encheu-se para homenagear os obreiros do fado. Se a Gala de Fado ainda vai apenas na 3.ª edição, a elevada procura antecipada de bilhetes quando todavia mal se havia começado a divulgar o evento mostra que a iniciativa lançada há três anos começa a ganhar raízes na cidade. Houve ainda um grupo de 30 pessoas do Porto que alugou um autocarro e se deslocou até Lisboa para acompanhar António Torre da Guia, homenageado na categoria de Poesia e Literatura, mostrando interesse em repetir a experiência.

O som das cordas e das gargantas de diferentes artistas marcou uma tarde de domingo que trouxe o fado para as luzes da ribalta. A Gala de Fado teve dois momentos importantes: o espetáculo com vários fadistas e a atribuição de prémios a figuras que prestaram ou vêm prestando um papel público e notório para a história e revelação do fado enquanto expressão cultural, reconhecidas pelo seu mérito, inovação, estilo e contributo para o fado e para A Voz do Operário. Uma estatueta da autoria do artista plástico Bruno Netto, que se inspirou na fadista Maria da Nazaré, foi entregue aos homenageados com muitos deles a participarem no espetáculo apresentado por Sandra Celas e Carlos Alberto Moniz. Entre os artistas que protagonizaram o espetáculo musical estão Cláudia Picado, Diamantina, Joana Amendoeira, Sandra Correia, Natalino de Jesus, Marco Oliveira, Pedro Moutinho, Fernando Santos e Humberto Olímpio.

Um dos momentos mais emotivos da iniciativa aconteceu quando Luísa Amaro interpretou Verdes Anos, de Carlos Paredes, com Carlos Manuel Proença. Também Diamantina trouxe a canção Sodade, de Cesária Évora, de forma inesperada também acompanhada por ambos os músicos.

Homenageados

Prémio Tributo, Ricardo Ribeiro; Prémio Compositor, Luísa Amaro e Carlos Manuel Proença; Prémio Lisboa, Esmeralda Amoedo; Prémio Solidariedade, Paulo de Carvalho; Prémio Popular, Vítor Miranda; Prémio Carreira, Rodrigo e Cidália Moreira; Prémio Divulgação, Claf – Amigos do Fado; Prémio Artes e Espectáculo, Simone de Oliveira; Prémio Poesia e Literatura, Torre da Guia; Prémio Revelação, Soraia Cardoso e Luis Carlos.

O fado é parte do ADN d'A Voz

Esta gala distinguiu-se, uma vez mais, pelo seu carácter solidário, com a participação voluntária de todos os artistas, tendo também como objetivo a divulgação do fado enquanto expressão cultural e o reconhecimento público dos seus protagonistas. À conversa com este jornal, Rita Morais, uma das organizadoras, explica que é uma decorrência natural de um percurso que A Voz do Operário e o fado têm feito sempre em paralelo: “é uma história que se confunde muitas vezes porque desde a fundação d'A

Voz que sempre houve espaço para o fado aqui dentro, desde iniciativas com concertos e fadistas mas também a difusão dos poetas do fado no próprio jornal”.

Sobre a ideia de homenagear os artistas, Rita Morais recorda que pelo terceiro ano consecutivo se tem o objetivo de valorizar fadistas que muitas vezes são “pouco reconhecidos”. Há artistas conhecidos com muita projeção “mas há uma quantidade enorme de pessoas que alimenta o fado a partir das bases”. Sem este património que cresce nas coletividades e nos bairros, este estilo musical perderia a sua força e a sua raiz popular. “Para a permanente reinvenção do fado é muito importante que as bases continuem a ser algo vivo e muitas destas pessoas que têm um papel fundamental nem sempre são devidamente reconhecidas”, acrescentou.

Durante o evento, o Museu do Fado, através da sua diretora, Sara Pereira, aproveitou para reconhecer o contributo d'A Voz do Operário “na preservação de uma tradição popular tão profundamente enraizada na nossa sociedade”. A mensagem recorda ainda que esta instituição foi um “parceiro fundamental” nos trabalhos preparatórios da candidatura do fado a Património Cultural e Imaterial da Humanidade com destaque para o “papel determinante” d'A Voz “no associativismo, na cultura e na educação”.

Uma iniciativa solidária

Quando a 1.ª Gala de Fado foi lançada, há três anos, A Voz do Operário lançou o desafio de recolher fundos para requalificar esta importante sala de espetáculos. A insonorização e a melhoria das condições acústicas são alguns dos objetivos desta campanha que se associa às galas de fado. A importância deste espaço para a vida cultural não só d'A Voz mas também da cidade ultrapassa a dinâmica interna da instituição. Os bilhetes deste espetáculo reverteram, uma vez mais, para as obras de requalificação deste icónico Salão de Festas, cujas despesas estão avaliadas em mais de meio milhão de euros.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa

T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

VOZ

Eduardo Relvas: um mágico n'A Voz do Operário



Manuais de magia de Eduardo Relvas

Luís Carvalho, investigador

Poucas pessoas colaboraram neste jornal ao longo de tanto tempo como Eduardo Relvas. Embora ele o tenha feito de forma intermitente, fê-lo por quase meio século - publicou aqui o seu primeiro artigo em 1929 e o último em 1976. É um nome a recordar nas histórias do movimento sindical, do associativismo popular e das artes mágicas em Portugal.

Horário de Trabalho

Eduardo Relvas destacou-se como sindicalista na primeira metade dos anos 1920, no tempo da 1ª República. Chegou a ser presidente da Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa e seu delegado junto da União [local] de Sindicatos Operários. Foi também delegado ao congresso [nacional] da Confederação Geral do Trabalho (CGT) que se realizou em 1922, na Covilhã.

Para o sector dos empregados no comércio, foi uma fase defensiva, em torno da lei de 1919 que limitava o horário de trabalho a 8 horas por dia.

Essa lei conferia alguns poderes de fiscalização aos sindicatos. Eduardo Relvas foi um dos primeiros fiscais. E empenhou-se na tarefa. Chegou a multar a “primeira casa comercial do país”, os Armazéns Grandella. Mas era “uma das leis mais desrespeitadas” no país, pois as autoridades competentes não agiam, a começar pelos tribunais. Pelo contrário: em 1922 uma nova regulamentação da mesma lei veio na prática aumentar o limite legal do horário de trabalho para 10 horas...

Preso político

Ainda no campo do sindicalismo, Eduardo Relvas foi secretário-geral do Cofre de Resistência dos Caixeiros Portugueses, entre 1921 e 1923. Era um fundo de apoio à propaganda sindical e de solidariedade com militantes vítimas da repressão laboral e política.

Ele já tinha sido uma dessas vítimas. Corria um dia de 1920 em Lisboa: a polícia cercou e invadiu a sede do Partido Socialista Português, na rua do Benfornoso, com forças de infantaria e cavalaria. Prendeu toda a gente que lá estava, mais de 70 pessoas. Escapou um deputado por ter imunidade parlamentar. Eduardo Relvas passou então 5 dias “nas masmorras da República”.

O “crime” dele tinha sido assistir a um debate promovido pela Juventude Socialista, no qual se expressava desilusão com a 1ª República. E a repressão policial não aplacou o descontentamento. No ano seguinte a Juventude Socialista, unida com alguns jovens anarquistas, transformava-se em Juventude Comunista...

Magia

Nessa altura já Eduardo Relvas se dedicava às artes mágicas. Atuou em diferentes palcos, incluindo no movimento sindical.

Havia muito o hábito de sindicatos promoverem iniciativas de cariz recreativo e cultural, ora para angariação de fundos ora pelo convívio entre sócios. Iniciativas como récitas de poesia e espetáculos de teatro amador, por exemplo.

A magia seria uma paixão para a vida e Eduardo Relvas tornou-se prestigiado nesse meio, não apenas em Portugal, mas também em Espanha e no Brasil. Publicou quatro livros sobre a matéria. Em 1949 organizou um certame nacional de ilusionismo; em 1923 fundou, na sede do sindicato dos caixeiros de Lisboa, o Grémio Mágico Português...

Associativismo

Outra paixão na vida de Eduardo Relvas seria o associativismo popular.

Foi um destacado precursor da atual Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto - ao lado de outros “obreiros” d'A Voz do Operário

como Júlio Silva, Raul Esteves dos Santos e Alberto Monteiro. Esteve entre os dinamizadores dos congressos de coletividades realizados em Lisboa em 1924 e 1934, além de ter sido secretário-geral da então Federação das Sociedades de Recreio e autor dos respectivos estatutos.

A associação de base que ele representava nessas tarefas era o Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes”, na qual foi ativo ao longo de décadas. Era um entusiasta da “obra educativa, de solidariedade e de recreio ali levada a efeito”. Em particular da escola primária que esta associação criou e manteve durante muitos anos, “filha dos sacrifícios dispendidos pelos sócios, na sua grande maioria proletários”.

A difusão do ensino seria mais uma paixão para Eduardo Relvas, num país tão atrasado pelo analfabetismo. Num discurso em 1936, “exaltou a maneira como o povo trabalhador se organiza[va] para difundir a instrução, visto que as escolas oficiais não chega[va]m para atender à massa em idade escolar”. Esta era uma referência a muitas associações, mas em especial à maior de todas: A Voz do Operário...

A Voz do Operário

Aqui, além de colaborador do jornal, Eduardo Relvas foi membro da comissão de pareceres em 1926/28 e 1º secretário da assembleia geral em 1928/30. Passou depois a funcionário, trabalhando muito tempo como responsável pelo serviço funerário que esta sociedade então prestava a sócios e familiares.

Em 1933 foi um dos fundadores e presidente da assembleia geral do Sindicato do Pessoal da Sociedade A Voz do Operário, além de seu delegado junto da Federação das Associações Operárias de Lisboa. Mas esta experiência apenas durou alguns meses, pois logo a ditadura de Salazar proibiu e dissolveu os sindicatos livres.

Eduardo Relvas foi também vice-presidente da cooperativa A Padaria do Povo.

Natural de Lisboa, viveu entre 1896 e 1977.

TEATRO



Crianças debatem espetáculo

Debater como gente grande

No dia 5 de novembro, o Espaço Educativo da Ajuda d'A Voz do Operário foi a Palmela ver um espetáculo de teatro no espaço d'o Bando.

Helena Menor

Poderá parecer à partida estranho levar crianças de uma escola de Lisboa, uma cidade com tanta oferta cultural, a ver um espetáculo que fica a quase 50 quilómetros de distância da escola. Poderá até parecer esquisito levar um grupo de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos a ver um espetáculo baseado num texto que o Afonso Cruz escreveu para adultos.

E de facto estas seriam questões pertinentes se estivéssemos a falar de um espetáculo qualquer.

Sabemos de antemão que quando nos deslocamos a Palmela para ver um espetáculo d'o Bando, não há nenhum pormenor que tenha sido deixado ao acaso. Mas para entenderem isto, terão de lá ir e ver como é.

Ir com um grupo de crianças é saber que, no final, haverá espaço e tempo para conversar sobre o que vimos.

Ir como responsável de um grupo de crianças, é sentir um orgulho enorme quando elas começam a fazer questões inteligentes depois de terem visto uma peça que não era nada fácil.

O texto era complexo, e era tudo menos infantil. Nos dias de hoje, criar um espetáculo aberto a escolas que fala sobre a vida real que felizmente não é a nossa mas que é a realidade de muitas famílias, em vários países que vivem o flagelo da guerra e mostrar às crianças uma história que não nos fala sobre coisas bonitas, fadas ou princesas é um ato de coragem.

Levar as crianças a sentir o peso da diferença e da igualdade, sobre como podemos ser tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais é urgente e acreditamos que foi um complemento daquilo que tentamos na escola um dia depois do outro, depois do outro.

Chegar ao fim e ter o privilégio de conversar com a equipa que fez o espetáculo, fazermos as perguntas que quisermos, dar a nossa opinião porque eles querem verdadeiramente ouvir é muito bom. Fazer isto tudo em pleno parque natural da Arrábida são razões mais do que suficientes para reduzir a distância física que sentimos entre nós.

Obrigada ao Bando por existir e por nos receber tão calorosamente cada vez que lá vamos.

VOZ

Cooperativa do Povo Português visitou A Voz do Operário

Terá sido por iniciativa de um operário tabaqueiro do Porto, Serafim dos Anjos Piedade, com outros militantes operários como Manuel José da Silva e João Maravilhas Pereira, que nasceu a Cooperativa do Povo Português no dia 18 de Março de 1900, ani-

versário da Comuna de Paris. Mantém hoje uma clínica e diversas atividades de cariz social e cultural. Reatando uma amizade antiga, no passado dia 28 de Novembro uma delegação da Cooperativa do Povo Português visitou A Voz do Operário.

LISBOA

Assembleia Municipal celebra A Voz do Operário

O 140.º aniversário do jornal *A Voz do Operário* não foi indiferente à Assembleia Municipal de Lisboa que aprovou por maioria dois votos de saudação ao mais antigo dos jornais operários em circulação no país. Os deputados d'Os Verdes e do PAN foram os responsáveis pela iniciativa que apenas teve a abstenção do CDS-PP neste parlamento local. No documento apresentado pelo PEV, destaca-se que *A Voz do Operário* "é um jornal com artigos, reportagens, entrevistas e crónicas que retratam a vida de quem trabalha, destacando desde as lutas sindicais, à actividade das colectividades, ao desporto popular, à cultura alternativa, entre muitos outros assuntos que frequentemente não fazem parte dos restantes órgãos de comunicação social". O voto de saudação refere ainda que "os avanços conquistados pela luta de gerações e gerações de trabalhadores são indiscutíveis, mas a verdade é que as razões que nortearam os fundadores de "A Voz do Operário" se mantêm vigentes" destacando que este jornal se mantém "fiel ao compromisso com os trabalhadores e os seus interesses, dando voz aos operários". A esmagadora maioria dos deputados municipais aprovou, assim, "saudar o jornal *A Voz do Operário* pelo seu 140.º aniversário e pelo reconhecido trabalho deste órgão de comunicação".

PUBLICIDADE

Centenário do jornal operário



Jornal operário e anti-fascista que se publicou em Moçambique (até ser proibido pela ditadura em 1937)

14 de Dezembro 2019 - 15h00

Sede d'A Voz do Operário
Auditório João Hogan

Debate com os investigadores:

- > Carlos Lopes Pereira
- > Luis Carvalho
- > Maciel Santos

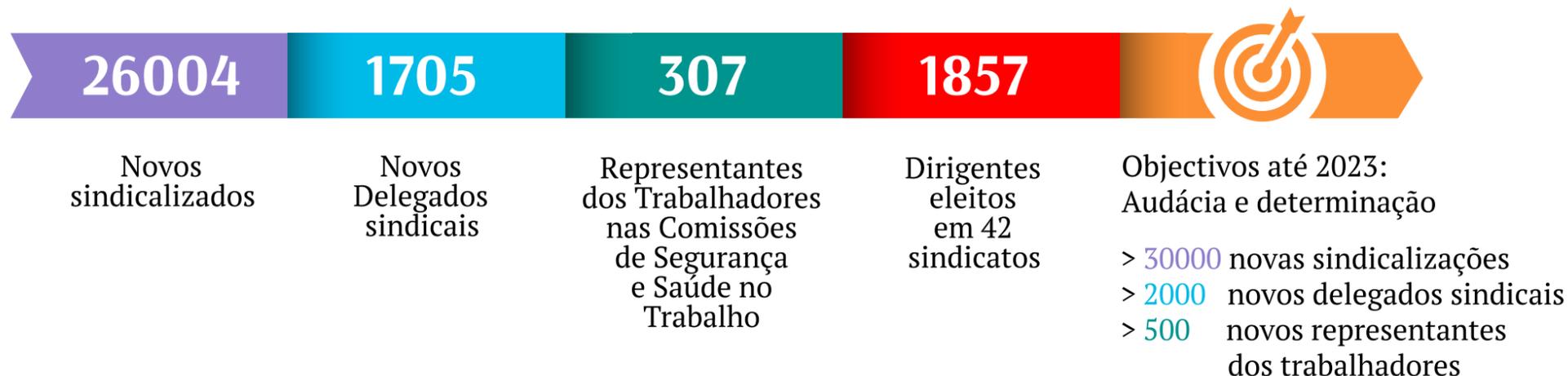
Poesia do poeta moçambicano Rui de Noronha:

- Recitada por sua filha
- > Elsa de Noronha

Centro de Estudos Africanos da
Universidade do Porto e A Voz do Operário

CONGRESSO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

Dos dados recolhidos em 31 sindicatos no distrito de Lisboa, entre 2015 e 2019:



Uma força persistente

As nuvens pesadas, as gentes amuadas e fugidias das gotas grossas da chuva e os poucos fumadores que se encolhem no beiral do Fórum Lisboa enganam sobre o que lá vai dentro. Os 260 delegados de mais de 40 sindicatos pulsam e relatam vitórias e também derrotas; contam avanços e também retrocessos; apresentam resultados e também novos objectivos; e sobretudo, confirmam a sua constante presença na luta e vida dos trabalhadores do distrito de Lisboa: é o XII Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, que se realizou no final de Novembro na capital do país.

Luís Caixeiro

Não há holofotes, não estão os órgãos de comunicação social a explorar sangue, futilidades ou questiúnculas: apenas homens e mulheres, seres organizados, que persistem em “avançar com a luta dos trabalhadores”. Pode-se dizer que não há novidade, mas essa é a notícia. Importa que se saiba que há quem não desarme.

Flash Back. E nada caiu do céu, foi a luta.

Para se compreender os trabalhos do congresso é necessário recuar no tempo. Homens crescidos abraçam-se e procuram esconder a vergonha de lágrimas

felizes, punhos cerrados erguem-se e gritam “vitória”. É uma multidão compacta em frente da Assembleia da República, no longínquo dia 10 de Novembro de 2015, que festeja a queda do governo PSD/CDS, um nado-morto que o então Presidente da República, Cavaco Silva, tentava impor. Estamos a uma semana do anterior congresso da União dos Sindicatos de Lisboa e a situação política dá um salto que colocará novas oportunidades e também novas exigências. Ainda na memória estão os Governos do PS, encabeçados por José Sócrates, e os famigerados Programas de Estabilidade e Crescimento que escancararam as portas à troika e à perda de salários, ao desemprego, à emigração, à destruição de serviços públicos entre muitos outros ataques. Nas

emoções está a raiva aos quatro anos de Passos Coelho e do irrevogável Paulo Portas. Muitas lutas, manifestações, greves gerais e umas eleições legislativas cujo resultado negava a continuidade do PSD/CDS, mas não dava ao PS a confiança para governar. Naquele dia tinha-se conseguido a primeira conquista, depois seria, como sempre, a luta a determinar o caminho futuro.

Este foi um ponto de partida muito presente no congresso. A derrota do Governo PSD/CDS permitiu avanços, mas o governo do PS, cedendo em alguns aspectos importantes, não inverteu o fundo das opções de classe e os trabalhadores da administração pública prosseguiram com salários congelados, a contratação colectiva permaneceu bloqueada,

os serviços públicos sem investimento, ao mesmo tempo que os milhões de euros continuaram a ser drenados para a banca. Ainda assim, “o aumento geral e extraordinário das reformas em 2017 e 2018; a valorização do abono de família e a eliminação dos cortes no subsídio de desemprego; no plano laboral a reposição dos quatro feriados roubados, do subsídio de natal para os trabalhadores da Administração Pública, dos reformados e pensionistas; a reposição das 35 horas de trabalho na A. Pública; a reposição dos complementos de reforma dos trabalhadores de empresas do Sector Empresarial do Estado e a reversão dos processos de privatização do Metro e da Carris” foram conquistas que a par de outras como o Passe Social Intermodal a preços redu-

zidos significaram melhorias importantes na vida dos trabalhadores.

O Movimento Sindical Unitário, um caso de sucesso.

A realidade é diversa e a luta de classes também se dá na forma como para ela se olha e nos ensinamentos que dela se retira. Um estudo recentemente divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, estrutura de enlace das políticas económicas de países capitalistas, dá conta que Portugal é um dos países em que os níveis de sindicalização mais regrediram nas últimas décadas. Os números apresentados em bruto procuram esconder uma verdade bem mais ampla: a destruição de milhares de empresas e postos de trabalho, as alterações legislativas que atacam um dos elementos centrais da unidade dos trabalhadores – a contratação colectiva

-, e a pressão e repressão que nos locais de trabalho procuram impedir a organização e luta dos trabalhadores. A verdade é que, como se apresentou no congresso, os trabalhadores continuam a encontrar razões e formas para se organizar. Os milhares de novos sindicalizados, delegados e dirigentes sindicais eleitos são uma força imensa que por mais que seja escondida e desvalorizada está presente todos os dias em milhares de locais de trabalho no distrito de Lisboa. Assim se percebe que apesar dos muitos esforços o capital continua a não conseguir destruir a força organizada dos trabalhadores em Portugal e particularmente no distrito de Lisboa.

Vidas cruzadas

A Voz do Operário e a União dos Sindicatos de Lisboa partilham os objetivos de emancipação social dos traba-

lhadores e são muitas as vezes que as vidas das duas organizações se cruzam. Na sede da Voz realizam-se frequentemente iniciativas do movimento sindical, tendo-se já realizado congressos da USL, a Voz participa com um espaço próprio nas comemorações do 1º de Maio na Alameda e sobretudo as duas organizações encontram-se sempre que é necessário afirmar e defender os direitos dos trabalhadores e das populações, os valores de Abril e a amizade e a Paz entre os povos.

Vários dos mais destacados dirigentes da União são sócios da Voz e alguns deles assumiram importantes responsabilidades na Voz. Arménio Carlos, hoje Secretário Geral da CGTP-IN e antigo coordenador da União, foi Presidente da Assembleia Geral de A Voz do Operário, cargo que hoje é assumido por Libério Domingues que coordena actualmente a estrutura sindical.

A Assembleia Geral de A Voz do Operário enviou uma saudação ao congresso.

SAUDAÇÃO AO XII CONGRESSO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

A Voz do Operário surgiu há 14 décadas da luta dos operários contra as condições de extrema exploração e miséria a que estavam sujeitos, sempre colocando como seu desígnio a causa maior da emancipação dos trabalhadores.

A Assembleia Geral de sócios da Voz do Operário, ontem reunida, aprovou por unanimidade uma saudação calorosa e fraterna aos delegados do XII Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, com a certeza de que do vosso debate surgirão conclusões que darão mais força à luta contra a exploração e por uma vida melhor e mais digna para os trabalhadores do distrito de Lisboa, luta essa que se afigura cada vez mais premente pelas dificuldades que se avizinham.

Lisboa, 22 de novembro de 2019

O que é a União dos Sindicatos?

A União dos Sindicatos de Lisboa é uma estrutura intermédia da CGTP-IN, criada em 1975, que desempenha um importante papel de coordenação e unificação da acção dos diferentes sindicatos no distrito e alarga a acção e influencia dos trabalhadores para além das esferas estritamente laborais.

A lógica do reforço da unidade dos trabalhadores faz com que a União congregue a acção de 44 sindicatos no distrito de Lisboa embora 12 destes não sejam filiados na CGTP-IN, mas intervenham no espaço do Movimento Sindical Unitário. Esta é uma prática estruturante da CGTP-IN e das suas organizações que tem contribuído para o alargamento e reforço da acção dos trabalhadores.

A USL concretiza um papel fundamental na organização e dinamização das grandes lutas e ao longo dos anos demonstrou-se determinante na concretização de impor-

tante lutas como as greves gerais, muitas manifestações nacionais e em processos tão exigentes como o combate ao trabalho infantil, à precariedade e ao desemprego ou a luta pela igualdade entre mulheres e homens.

Para além da acção directamente laboral a união conjuga e promove a intervenção que alarga a influencia e o papel dos trabalhadores designadamente na defesa dos direitos das populações, dos utentes dos serviços públicos, em defesa da cultura, o combate ao racismo e à xenofobia e a defesa da paz.

Nos últimos anos a União tem intensificado o seu papel na promoção da partilha de serviços e rentabilização de meios entre os sindicatos e, entre outros aspectos, avançou para a constituição de uma Casa Sindical em que estão instaladas várias outras estruturas sindicais do distrito.

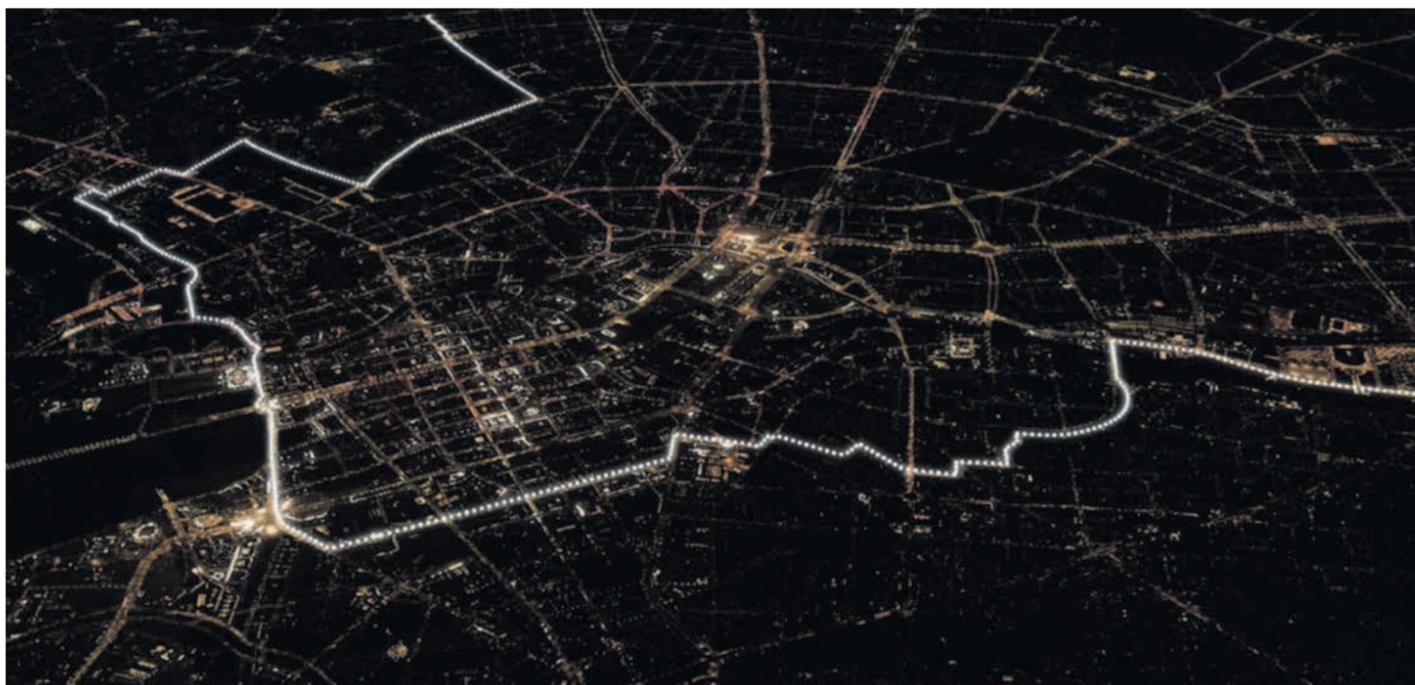
Será a luta.



Claro pareceram igualmente as linhas reivindicativas aprovadas para os próximos tempos e o papel que a luta organizada dos trabalhadores terá de desempenhar para as conquistas.

- Pelo emprego com direitos, combater a precariedade e o desemprego
- Pela melhoria dos salários, aumento mínimo de 90€, salário mínimo nacional de 850€ e fim do congelamento dos salários na Administração Pública.
- Generalização dos horários das 35 horas semanais e regulamentação dos horários
- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e defesa da contratação colectiva.
- Melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado designadamente da segurança social, do serviço nacional de saúde, da escola pública, da habitação e do acesso e criação cultural.

ALEMANHA



Muro de Berlim dividia uma cidade e não um país

A Alemanha que caiu com o muro

Quando passam três décadas do fim da barreira que ficou conhecida como Muro de Berlim, ainda não houve a oportunidade para olhar criticamente para a história das duas Alemanhas para além da narrativa panegírica produzida pelo Ocidente.

Bruno Amaral de Carvalho

Depois de a barbárie nazi ter mergulhado a Europa na mais brutal das guerras, a Alemanha é derrotada com o avanço das tropas soviéticas e aceita a rendição incondicional. Com o objetivo de evitar o recrudescimento do fascismo, França, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética ficam responsáveis, na Conferência de Ialta, por controlar diferentes partes do país e decidem também dividir Berlim que estava dentro das regiões sob administração soviética. Apesar de haver divisões políticas entre os aliados, todos concordavam, então, com a ideia de construir uma Alemanha unificada com os objetivos de reconstruir o país, de democratizá-lo e de desmilitarizá-lo.

Quando o Ocidente não quis a reunificação

Rapidamente, Estados Unidos, França e Reino Unido tomaram decisões unilaterais sem o apoio da União Soviética que aprofundaram a divisão na Alemanha. Primeiro, introduziram o marco alemão como moeda. De seguida, a União Soviética propôs um referendo para instalar um governo único para todo o país com a meta de reunificar toda a Alemanha, em 1952, mas os Estados Unidos e os seus aliados europeus recusaram a proposta. Na época, um importante membro do Comité nor-

te-americano para as Relações Exteriores afirmou que o referendo podia conduzir a uma Alemanha “livre, neutral e desmilitarizada” algo que seria perigoso para os aliados ocidentais com a possibilidade do país cair na órbita soviética. Também o General Walter Smith, embaixador norte-americano em Moscovo entre 1946 e 1948, justificou a rejeição ao referendo. “Nós não queremos de facto, nem pretendemos aceitar, a unificação da Alemanha nos termos em que os russos podem vir a querer”, declarou então. Em vez de uma Alemanha unificada, os aliados ocidentais decidiram criar unilateralmente a República Federal Alemã (RFA) em maio de 1949. Cinco meses depois, os soviéticos fizeram nascer a República Democrata Alemã (RDA). Com o país dividido em duas partes, também Berlim continuou dividida em dois lados. Durante vários anos, a RFA orquestrou operações de espionagem e sabotagem contra a RDA a partir de Berlim Ocidental. Foi com essa justificação que em 1961 a RDA decidiu construir um muro a dividir a cidade - e não o país como muitos crêem - alegando também que a RFA tinha permitido a reabilitação de muitas autoridades nazis que passaram a trabalhar nas instituições da Alemanha Ocidental.

A RFA perdeu a guerra dos direitos sexuais e reprodutivos

Outro dado muitas vezes desconhecido é

a decisão que os tribunais da RFA tomaram em agosto de 1956 de proibir o histórico Partido Comunista da Alemanha enquanto na RDA coexistia a União Democrática Cristã (CDU), que hoje governa a Alemanha, com outros partidos liberais e o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED). Por exemplo, em 1972, quando a RDA aprovou a legalização do aborto, a maioria dos deputados democratas-cristãos votaram contra a decisão no parlamento. A legislação na RFA em relação à interrupção da gravidez foi, aliás, sempre mais restrita do que na RFA.

Também é pouco conhecido que a legislação aprovada em 1968 a favor dos direitos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), ano em que desapareceu o artigo 175 do código penal que condenava as relações homossexuais - que na RFA se manteve até cinco anos depois da queda do muro - permitiu a criação de associações para reivindicar avanços para este setor da sociedade.

Como na maioria dos países, também a RDA partia de um ponto de partida em que a sociedade estava contaminada por preconceitos, que não sendo uma discriminação estrutural, todavia subsistiam. No mês em que caiu o muro, foi entregue ao governo uma petição sobre uniões de facto e adoção por parte de pessoas do mesmo sexo, algo que em países como Portugal, só começou a ter força social e política décadas depois com o casamento

a ser aprovado em 2010 e a adoção cinco anos depois.

Como se vivia na RDA?

Num país com uma economia planificada, a RDA pôde mecanizar progressivamente a agricultura e a indústria sem que isso fosse sinónimo de desemprego. O pleno emprego estava, aliás, instituído pela legislação laboral e os meios humanos passaram a estar dedicados a setores onde o trabalho não é automatizável como a saúde e assistência social, serviços públicos em geral, o comércio e a restauração.

O investimento, por exemplo, não estava sujeito ao capricho da estratégia individual de cada empresa mas antes à aplicação planificada do desenvolvimento da indústria, da ciência e da técnica, assim à criação de emprego.

No dia-a-dia dos alemães orientais, os preços de produtos de primeira necessidade como o pão, a carne, batatas, o arroz ou o leite permaneciam inalterados há 30 anos nos anos 80. Também permaneciam estabilizados os alugueres das casas, o aquecimento, a energia elétrica, os transportes e outros serviços públicos.

Entre 1974 e 1984, o salário dos operários industriais subiu 29,4%. Se comparado com 1970, os números são ainda mais impressionantes. A subida para operários e empregados em geral representou 45% enquanto se mantinham os preços dos serviços e produtos básicos. Em média, um casal recebia 1800 marcos líquidos. Desse valor, cerca de 50 marcos destinavam-se ao aluguer de casa. Ou seja, a maioria pagava entre 3% e 5% do salário pela habitação

Os sucessivos aumentos de salários servia, sobretudo, para facilitar a compra de artigos de consumo duradouro como máquinas de lavar a roupa, frigoríficos ou televisões, que existiam em quase todas as casas. Cerca de 44% das casas tinha um automóvel. São números impressionantes se comparados com Portugal.

Para além de um importante apoio à maternidade e educação, que era gratuita, com elevados níveis de ingresso na universidade, também o acesso à saúde era gratuito. Para além dos descontos, não havia qualquer valor a pagar por tratamentos odontológicos, incluindo próteses dentárias, por óculos e também operações cosméticas se prescritas por um médico.

Depois de décadas de assédio, campanhas de desinformação e promoção da divisão interna, a Alemanha não foi reunificada. A RDA foi assimilada e persistem, todavia, diferenças graves no que diz respeito aos indicadores sociais entre os dois lados da Alemanha. O desemprego, a precariedade, a especulação imobiliária passar a fazer parte da realidade do Leste da Alemanha.

AMERICA LATINA



Manifestações no Chile têm atingido números inéditos

Quando as ruas disputam o poder

Há uma tempestade de manifestações que abalam o mundo. Não se percebe ainda o seu desfecho, mas já parece que nada vai ficar igual. Um texto de António Martins editor do site brasileiro “Outras Palavras”.

Eles voltam sempre. É preciso estar sempre de olhos abertos. Na peça “Os Saltimbancos”, recriada por Chico Buarque, o aviso é dado por Jumento, uma personagem de fina inteligência. Os Bichos espantaram os Barões e têm, enfim, onde dormir. Mas ainda não podem descansar em paz, porque prepara-se a revanche. Na América Latina, um “Outubro Rebelde” abalou os governos neoliberais do Chile e do Equador, destronou Maurício Macri na Argentina e continua a sacudir o Haiti. Em Novembro, porém, começou a contra-ofensiva. Na Bolívia, um golpe militar que estava em preparação desde 23 de outubro derrubou Evo Morales, o seu vice, os presidentes do Senado e o da Câmara. Gravações divulgadas pelo jornal “El Periodico” indicam que na sua preparação participaram assessores de Jair Bolsonaro e senadores norte-americanos.

No Brasil, cuja importância geopolítica é incomparável, a orientação foi dada pelo próprio Steve Bannon, principal ideólogo e articulador da onda protofascista. Inconformado com a libertação de Lula, ele propôs, em entrevista à BBC, que os partidários de

Bolsonaro se aproveitem do fato para aumentar a polarização e “empurrar a agenda de reformas com um sentido extra de urgência”. Contudo, advertiu que isso deveria ser apresentado não por meio da defesa explícita das propostas, mas como um movimento em favor do combate à corrupção e ao sistema político. Dito e feito. No início de novembro, revela a “Folha de S.Paulo”, Bolsonaro alterou a sua tática inicial diante de Lula – que era manter relativo silêncio. Decidiu encarregar Sérgio Moro de lançar uma campanha para que o Congresso restabeleça, por meio de uma emenda constitucional, a prisão dos réus, após condenação em segunda instância.

No mesmo domingo, porém, vinha do Chile um sinal de sentido oposto. Incapaz de travar os protestos contra o seu governo, o presidente Sebastián Piñera sinalizava que aceitará a convocação de um “Congresso Constituinte”. Embora nenhuma informação adicional tenha sido dada, o ato expressa uma clara vitória de uma revolta popular reprimida com selvageria. Poderá significar forte pressão contra o projeto neoliberal, num país que era há pou-

co visto como a sua “vitrine”.

A América Latina continua instável e, em certa medida, imprevisível. Até outubro, a região era marcada pelo avanço de uma onda conservadora em que se somam correntes ultracapitalistas e protofascistas. Em outubro, uma sucessão de revoltas populares e resultados eleitorais – em especial o da Argentina – interrompeu a maré e criou uma situação de impasse. Agora, vem a ressaca. A região parece transformar-se num palco crucial para a disputa entre a extrema-direita e os que buscam, diante da crise civilizatória, alternativas humanizadoras.

As ruas, e não as instituições, estão-se a tornar o palco central da disputa. Na Bolívia, um dos governos mais comprometidos com mudanças estruturais na América do Sul caiu depois das eleições, por ser incapaz de mobilizar as maiorias contra os bandos fascistas e a polícia, convertida em força pelo golpe. As impressionantes mobilizações que se seguiram ao golpe têm sido controladas com uma imensa violência das forças militares e polícia. Mas no Chile, governado por um ultracapitalista, nem ele, nem os tanques do exército

e o toque de recolher, nem a morte de mais de 20 manifestantes pelo exército e os carabineros foram capazes de impedir o ascenso de um movimento que contesta frontalmente o projeto neoliberal.

A América Latina parece viver um período raro, em que as ruas adquirem força política. Veja-se a nova greve geral na Colômbia. Por todo o lado, as ruas são voláteis e disputam o poder. Como a velha ordem capitalista deixou de produzir estabilidade, radicalizam-se e perdem o medo. É arriscado confiar nas instituições para controlá-las.

Um texto publicado pelo “El País” revela o importante trabalho político realizado junto aos comandantes do exército, ao longo de anos, por Evo Morales. Reunia-se com eles uma vez por semana. Participava constantemente nas suas cerimónias. Estimulou-os a criar empresas militares. Julgava-se seguro. Mas o seu apoio castrense esvaiu-se em dias, após uma combinação de pressões norte-americanas e protestos de rua. Os avanços sociais e económicos da Bolívia, em 13 anos de Evo, são inegáveis. Mas não bastaram nem para impedir os preconceitos das elites contra o presidente indígena, que representava a maioria da população que sempre foi impedida de participar na democracia até à eleição de Evo.

Steve Bannon está coberto de razão, quando orienta a extrema-direita brasileira a erguer as bandeiras da luta contra a corrupção e o establishment. Ele tenta, há anos, ocupar um vazio político real e muito potente – que a esquerda se mostrou incapaz de preencher. O sistema político está em crise, em todo o mundo. As camadas populares sentem-se abandonadas por ele, pois a desigualdade tornou-se acintosa, as condições de vida da maioria das populações deteriora-se e a democracia, sequestrada pelo poder económico, não oferece alternativas.

Descrita por Serge Halimi e Pierre Rimbert num texto essencial para compreender as novas condições da disputa política, a manipulação articulada por Bannon é notável. Ela permitiu, a dezenas de partidos de extrema-direita em todo o mundo, muitos dos quais nem sequer existiam antes da crise de 2008, apropriarem-se do ressentimento decorrente destas frustrações. Para fazê-lo, desviam o foco. Jamais atacam a ditadura financeira, que produz a concentração brutal de riquezas e o esvaziamento da democracia. Voltam o seu eleitorado suscetível contra uma suposta “elite” – composta pelos mais cultos; pelos que expressam etnias, culturas, religiões, sexualidades ou padrões morais não-hegemónicos; pelos que podem ser apontados como politicamente desviantes.

TEATRO



Questionar o mundo e a adolescência

É um projeto que nasceu na Voz do Operário em 2013 e que ganhou asas para agora apresentar-se novamente em palcos de todo o país com o espetáculo *A Laura quer!*, a nova cocriação do Grupo 23: silêncio! Com adolescentes e crianças, este trabalho pretende dar voz aos mais novos e fazê-los falar das inquietações e medos, romper estereótipos e preconceitos. Sob a direção artística de Sílvia Real, que também fez a coreografia em conjunto com Francisco Camacho, a diversidade do grupo evoca as diferentes gerações representadas em palco, tanto ao nível da dança como da música composta, improvisada e tocada ao vivo pelos mais jovens. De acordo com a organização, pretende-se explorar os tempos desassossegados em que vivemos e desafiar a opressão inscrevendo a ação individual num âmbito coletivo de quem pretende construir uma história que conduza a uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica, “contra o medo de coexistir”.

O Grupo 23: silêncio! é um coletivo de educação artís-

tica intergeracional que, desde 2013, desenvolve investigação e cocriação em artes performativas, pensamento crítico e direitos humanos. O G23 integra um projeto mais amplo, do qual faz parte também o Centro de Formação Artística, sediado em Lisboa no Teatro da Voz, numa parceria com A Voz do Operário e a EIRA. Começou por ser um projeto experimental, sem qualquer expectativa de se desenvolver em algo mais para além disso. Neste momento, a equipa é constituída por cerca de 40 adultos, entre e 350 jovens que recebem formação regular em 3 escolas. A nossa equipa envolve pedagogos, produtores, editores, músicos, crianças e adolescentes.

À conversa com *A Voz do Operário*, Sílvia Real alertou para o facto de este projeto em contra-corrente com uma produção cultural cada vez mais mercantilizada ter perdido os apoios da Direção-Geral das Artes, uma decisão governamental que deixa em perigo muitos grupos por todo o país e que põe em risco o trabalho destas mulheres e homens.



...tudo como dantes

Nunca será demais falar do problema da habitação e especialmente quando surgem novos dados ou outras perspetivas de abordagem.

Foram divulgados os primeiros resultados do Programa de Renda Acessível, lançado algum tempo atrás pelo governo e a partir dos quais se pode esboçar o seguinte quadro: ...as expectativas geradas levaram 37 000 interessados a consultar a respetiva plataforma,

mas terá sido assimétrica a origem desse interesse pois por parte dos senhorios foram registados 89 alojamentos e por parte dos inquilinos houve 2 264 candidaturas ou seja: 25 famílias para cada casa disponível, sendo unicamente 10 o número de contratos de arrendamento acordados e assinados.

Recorde-se que o referido programa se baseia na atribuição de benefícios fiscais aos proprietários e tendo como base de cálculo “os valores de mercado”.

Paralelamente, um estudo universitário elaborado no âmbito das Ciências Sociais e Humanas coloca-nos perante uma realidade que até certo ponto explica estes resultados: ...considerando uma família constituída por pai, mãe e dois filhos menores, de ambos os sexos (o que exige para satisfação de todos os aspetos da vida familiar um apartamento do tipo T3), em que ambos os membros ativos da família usufruem do salário médio nacional e que pretenda viver numa cidade que lhe forneça adequado conforto urbano (oportunidades de trabalho, educação, cultura e recreio, segurança e mobilidade) terá de suportar uma taxa de esforço (relação entre os rendimentos auferidos e a per-

LISBOA

Assembleia Municipal de Lisboa solidária com a Catalunha

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por proposta do grupo municipal do PCP um voto de condenação ao Estado espanhol pelas “pesadas penas de prisão” de “dirigentes de forças políticas, de membros do parlamento e ex-membros do governo da Catalunha e pela repressão contra o povo catalão”. A iniciativa dos comunistas foi aprovada no dia 26 de novembro e só recebeu os votos contra do PSD, do CDS e do independente Rodrigo de Mello Gonçalves e a abstenção de José Moreno, do PS, e de José Franco, independente.

Os comunistas, com o apoio da maioria das bancadas, contestam a “decisão das autoridades judiciais espanholas de decretarem duras penas de prisão efetiva – que em alguns casos ascendem a 13 anos – a dirigentes de forças políticas, a parlamentares e a ex-membros do governo regional da Catalunha, a propósito da sua participação na realização do referendo sobre a autodeterminação da Catalunha, que ocorreu no dia 1 de outubro de 2017, e de uma sequente declaração unilateral de independência”.

O documento descreve a decisão como “recurso à coação, à repressão e à judicialização face à complexa questão nacional em Espanha, que não só não contribui para o encontrar de uma solução política, como tenderá a agravar o problema”. Nesse sentido, os deputados municipais deliberaram “condenar as medidas repressivas e a deriva autoritária do governo e autoridades espanholas”, “apelar a que seja encontrada uma solução política para a questão nacional em Espanha, no respeito pela vontade dos seus povos e da salvaguarda dos direitos sociais e outros direitos democráticos” e ainda fazer um apelo ao governo espanhol “para que, na procura da solução política para o conflito, proceda à consequente libertação dos detidos catalães”.

centagem desses rendimentos destinada ao alojamento) próxima dos 58%.

Ora o programa da Renda Acessível limita a taxa de esforço das famílias candidatas a 38% do seu rendimento global (o que já de si é pesado!) e talvez seja consequência do cruzamento destes dados a fraca adesão à iniciativa estatal.

Não se utiliza aqui a palavra fracasso porque, perante a gravidade da situação, são de encarar todas e quaisquer hipóteses de solução, mas não restam dúvidas que a razão se coloca, uma vez mais, do lado daqueles que entendem que o problema do alojamento para o maior número não se resolve exclusivamente através do processo legislativo e seguindo as “leis do mercado” e onde cabem 98% da produção da habitação ao setor privado e altamente lucrativo e apenas 2% ao setor público.

Situação que só se poderá modificar quando o Estado assumir um papel intervencionista que inclua a construção direta de caráter social, isto é, com garantia de qualidade, controle de custos e critérios justos na atribuição.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosMobilidade
e Urbanismo

No último artigo falamos da importância do preço e da oferta adequada em horários e conforto para que o uso do transporte público seja a opção de cada vez mais pessoas, ficando para este número a abordagem da componente do urbanismo.

Para o transporte de um elevado número de pessoas o recurso adequado é o dos chamados transportes sobre carris, onde no suburbano se destaca o comboio e no urbano o metropolitano.

A deslocação até esses meios de transporte, que é a pé nas zonas de proximidade, devia ter preferencialmente a resposta no autocarro mas, mesmo havendo uma resposta adequada em horários e comodidade, as dificuldades de circulação nalguns percursos, a morosidade do autocarro devido à necessidades de percorrer toda a malha fina, a necessidade de levar os filhos aos equipamentos educativos, entre outras, leva à utilização do transporte individual, que pode ser até ao interface mais próximo ao até ao destino final.

Para que a opção seja o interface mais próximo é necessário que ele exista, tenha capacidade para absorver a procura e não constitua um novo encargo.

Mesmo que todas aquelas condições estejam garantidas a falta de fluidez pode ser um obstáculo aquela opção.

Como referimos, o levar os filhos às creches e escolas com necessidade de utilizar o automóvel pode ser resolvido se bairros forem dotados dos equipamentos necessários e não dormitórios, para onde é expulsa a população dos grandes centros, fruto da especulação imobiliária.

A resposta a este conjunto de problemas passa por opções urbanísticas que estão fundamentalmente nas mãos das câmaras municipais.

Evitar a expulsão da população dos centros onde se concentra o emprego é a primeira e principal medida pois evita as grandes deslocações e os custos associados, quer monetários, quer de tempo, quer de fadiga.

Se as câmaras combaterem a especulação imobiliária grande parte do problema está resolvido.

Outra medida importante é a existência de parques de estacionamento de interface com boa acessibilidade, em que o direito de utilização esteja associado ao título de transporte, particularmente nas zonas periféricas servidas por comboio.

Impõe-se também, que quando são aprovados os loteamentos os promotores assumam os encargos relativos aos equipamentos dos novos bairros, para não haver necessidade de usar transportes para o seu usufruto.

Se estas medidas forem concretizadas teremos muito menos necessidades de transportes e os existentes servirão melhor.

Rego Mendes

ALMADA



Populações contestam decisão do governo

Governo não cumpre e encerra urgência pediátrica

As populações de Almada e do Seixal realizaram já várias ações de protesto contra o encerramento das urgências de pediatria no Hospital Garcia de Horta (HGO), o que levou a autarquia e o governo a garantirem que isso não ia acontecer. O facto é que Marta Temido, ministra da Saúde, acabou por assumir o “inevitável” e o serviço foi encerrado desde 18 de novembro. “A incapacidade gestora da situação levou a que a alternativa passe por impor o prolongamento do funcionamento dos centros de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Almada-Seixal, à custa de trabalho extraordinário, durante a semana e aos fins-de-semana, por parte dos médicos de família, já sobrecarregados com os cuidados a uma população altamente carenciada”, denunciou o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS/FNAM) em nota à imprensa.

Esta solução que será “por tempo indeterminado e para dar resposta à época de contingência do frio e encerramento da urgência pediátrica do HGO durante o período nocturno”, não é solução para os médicos, uma vez que “não só mantém o encerramento das urgências pediátricas do HGO” como diminui o acesso da população aos cuidados de saúde primários, já por si tão deficitários nesta região, uma das mais carenciadas em termos de médicos de família.

A estrutura sindical acusou ainda o Ministério da Saúde de desenvolver uma gestão “autocrática” que, descuidando os cuidados de saúde prestados à população, é o reflexo da “actual desorganização do nosso SNS”.

Marta Temido acabou por anunciar que a urgên-

cia pediátrica passaria a encerrar todas as noites, entre as 20h e as 8h, apontando como alternativa dois centros de saúde, que alargaram o seu horário. A unidade de saúde da Amora, no Seixal, e a Rainha Dona Leonor, em Almada, passaram a funcionar das 8h à meia noite, nos dias de semana, e das 10h às 22h, ao fim-de-semana.

Questionada sobre quais as alternativas à possibilidade de encerramento, a ministra respondeu: “Há mais hospitais da coroa de Lisboa que fecham às noites na área da pediatria. É o caso do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental que articula com o Centro Hospitalar de Lisboa Norte e com Centro Hospitalar de Lisboa Central. No fundo é um modelo semelhante ao das urgências metropolitanas do Norte do país”.

A falta de pediatras no Garcia de Orta já afeta o hospital há mais de um ano, quando saíram 13 profissionais e, segundo o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, nem o lançamento de concursos foi suficiente para colmatar a carência porque “ninguém concorreu”.

Atualmente, trabalham 28 médicos no serviço de pediatria, dos quais sete fazem urgência e apenas quatro podem fazer noites porque têm menos do que 55 anos.

Em 26 de outubro, o presidente do Hospital Garcia de Orta informou que a urgência pediátrica deve normalizar “daqui a seis meses”, depois do lançamento de um novo concurso e do preenchimento das três vagas por contratação direta, autorizadas pelo Ministério da Saúde.

O Hospital Garcia de Orta serve os concelhos de Almada e Seixal, no distrito de Setúbal.

TRABALHO

Trabalhadores não docentes param para avançar



Protesto contou com adesão acima dos 85%

A greve dos trabalhadores não docentes em protesto contra a falta de condições de trabalho fechou escolas em todo o país no passado dia 29, estimando-se uma adesão acima dos 85%, afirmaram os sindicatos.

“O que os dirigentes sindicais me têm transmitido é que o que está a ser difícil é encontrar escolas abertas”, afirmou à Lusa o dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), que convocou a greve.

Artur Sequeira adiantou que a adesão foi superior à da última paralisação, que tinha sido de 85%.

A greve nacional foi convocada por esta federação em protesto, sobretudo, “contra a falta crónica” de trabalhadores não docentes nas escolas, mas também contra questões como o processo de municipalização da educação, a exigência de uma carreira especial para estes funcionários, “que lhes devolva a dignidade” e a garantia de níveis de especialização para trabalhadores que exerçam funções muito específicas como assistência a alunos com necessidades educativas ou deficiências graves.

De acordo com a Lusa, a falta de funcionários e a exigência de uma nova portaria de rácios encabeçam a lista de reivindicações, um problema “que atravessa Governos” sem ser solucionado, criticou Artur Sequeira,

frizando que a matemática das entradas e saídas de funcionários é de “resultado quase nulo”.

Os 4.300 funcionários integrados nos quadros ao abrigo do programa de regularização de vínculos precários na administração pública (PREVPAP) são praticamente anulados por número igual de aposentações ao longo da legislatura passada.

“O resultado só não é nulo porque foram contratados 2.550 trabalhadores, que estão ainda hoje no sistema, com a prorrogação [contratual] que tiveram do ano passado para este ano. Destes 2.550 vão ser integrados 1.067, resultado do concurso que foi aberto no fim do ano letivo passado, para as escolas do Ministério da Educação (ME)”, disse Artur Sequeira.

Referiu ainda que este ano, só em Diário da República já foram publicados mais de 500 concursos para tempo parcial nas escolas e que terminam no final do ano letivo. No ano 2000 estavam nas escolas mais de 85 mil trabalhadores não docentes, hoje não chegam aos 75 mil, o que representa uma perda de cerca de 11 mil funcionários.

As seis mil contratações de auxiliares operacionais que os sindicatos reivindicam apenas respondem a metade desses 11 mil, sublinhou o presidente da federação sindical.

TRABALHO

Trabalhadora do Pingo Doce humilhada na Bela Vista

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (CESP, da CGTP) denunciou esta o caso de uma trabalhadora do Pingo Doce que se urinou no posto de trabalho depois de ter sido impedida de sair do local, apesar de ter pedido repetidas vezes para ser substituída. O Pingo Doce “procurou apurar os factos junto da equipa de loja, não existindo conhecimento deste caso”, pelo que não encontra “qualquer fundamento para esta denún-

cia”. Segundo o sindicato, o caso aconteceu na loja do Pingo Doce da Bela Vista, em Lisboa, onde “a repressão a que os trabalhadores são submetidos pela responsável de loja tem dado azo a muitas situações humilhantes”. Neste caso em concreto, segundo o comunicado, “o pedido da trabalhadora para ser substituída na caixa, para poder ir comer e usar a casa de banho, foi sucessivamente negado, acabando por urinar no posto de trabalho”.

TRABALHO

Repressão na Visteon

A multinacional norte-americana Visteon, especializada em material eletrónico, proibiu a realização de plenários, na sua unidade em Palmela, para discussão do caderno reivindicativo, alegando que “os tempos dos plenários de trabalhadores estão ultrapassados”. De acordo com o *AbrilAbril*, para defender o direito de reunião dos trabalhadores, posto em causa pela empresa, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI, da CGTP) fez duas greves parciais.

Em comunicado, a organização sindical apelou à participação dos trabalhadores, sublinhando que é necessário “protestar hoje para defender o amanhã”.

“Fomos confrontados com um entendimento de que os tempos de plenário já teriam sido ultrapassado”, afirma o SIESI, denunciando que a empresa tenta desta forma inverter a “crescente” luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Neste sentido, a estrutura sindical sublinha que a participação nestas greves parciais as transforma em “ações privilegiadas de discussão da situação” e que os direitos em 2020 “vão ter que melhorar”.

ENSINO SUPERIOR

Estudantes do superior na rua

Centenas de estudantes de diversas instituições do Ensino Superior, manifestaram-se, em Lisboa, do Saldanha até as instalações da Direcção-Geral do Ensino Superior. Os estudantes lutam “por mais financiamento, mais residências, mais bolsas e pela resolução dos problemas específicos que os afetam”, de acordo com o comunicado da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (AEFCSH) enviado às redações.

O documento refere ainda a existência de “outras ações de agitação, abaixo-assinados e iniciativas a decorrer em várias IES [instituições do ensino superior] por todo o país”, entre as quais se anunciou uma ação de luta dos estudantes do ensino superior do Porto, a ocorrer no dia 5 de dezembro, no Polo da Asprela, pelas 18h.



TRABALHO



Antiga gerência acumulou dívida fiscal de 1.8 milhões de euros

A cervejaria Galiza “é uma semente de esperança”

Os trabalhadores da cervejaria Galiza já desconfiavam de que algo estranho se passava. Uma marca de cerveja artesanal aparecera dias antes no estabelecimento para levar as cubas que diziam ter uma avaria. Então, António Ferreira e outro colega que mora ali perto decidiram montar vigilância à cervejaria na segunda-feira seguinte, dia de fecho semanal da Galiza. “O meu colega ligou-me à hora de jantar”, conta o empregado à *A Voz do Operário*, “porque viu vultos dentro da cervejaria”. Era a administração a arrumar o material e a preparar-se para esvaziar as instalações. Rapidamente, avisaram os restantes colegas, o Sindicato de Hotelaria do Norte e a comunicação social

A mobilização rápida foi essencial. Apesar de a advogada da administração ter pedido à polícia para evacuar a cervejaria, o chefe da PSP reconheceu que se tratava de uma questão laboral e que devia ser resolvida pela via negocial. A partir daí os trabalhadores tomaram conta do estabelecimento e deram uma nova vida o espaço. Em 2011, a administração contratou um gestor que deixou uma dívida de 1,8 milhões de euros ao Estado e 200 mil a pequenos fornecedores. Em 2016, a administração recorreu a um plano especial de revitalização para empresas e os trabalhadores passaram a receber o salário em prestações. Em 2018, a mesma administração achou que a solução era contratar um consultor que começou a mudar os pratos que a casa oferecia com a consequente perda de clientes e decidiu contra a vontade dos trabalhadores que a cervejaria fechava às segundas-feiras. O que administradores, gestores e consultores não conseguiram foi alcançado pelos trabalhadores que sempre ali estiveram com salários em atraso.

“Temos agora a casa faturar o dobro do que faturávamos antes e isso permitiu-nos receber o subsídio de natal de 2018, o mês de outubro e estamos a pagar contas correntes. Iam cortar a luz e o gás e também já estamos a pagar”, descreve António Ferreira que ali trabalha há 33 anos. Agora, são estes homens que decidem sobre como é gerido o fruto do suor do seu esforço diário. As responsabilidades são divididas entre os 31 empregados da cervejaria Galiza que voltaram a ter casa cheia. São muitos os que optam por não folgar para já para defender os postos de trabalho e continuam a fazer turnos de vigilância durante a madrugada.

Três décadas passadas, António acha que todos se sentem mais valorizados por gerirem a própria casa e ninguém sente falta de um patrão. “Estava há pouco a falar com um cliente e a dizer-lhe que há muita gente que pensava que não era possível um novo PREC (Processo Revolucionário em Curso) mas temos aqui no Porto um PRECzinho”, gracejou antes de pedir que a juventude “ponha os olhos nisto” e que entenda que não basta apenas lutar nas redes sociais porque “há momentos em que é preciso tomar decisões no local de trabalho”.

Sindicatos e partidos solidários com trabalhadores

Desde que os trabalhadores passaram a gerir a cervejaria, foram inúmeras as demonstrações de solidariedade recebidas. Para além do apoio do Sindicato de Hotelaria do Norte e da visita de uma delegação da CGTP encabeçada por Arménio Carlos, secretário-geral. Também o PCP visitou o estabelecimento com a presença de Jerónimo de Sousa e outros dirigentes regionais e locais. “Estamos

nesta fase intermédia de definição do caminho e, neste sentido, tendo em conta esta situação, o governo pode dar aqui uma contribuição positiva, na exata medida em que haja disponibilidade por parte dos detentores da [Cervejaria] Galiza e isso possa corresponder a uma saída onde todos saiam bem”, afirmou Jerónimo de Sousa, que jantou no estabelecimento.

Foi ainda a CDU, através de Ilda Figueiredo, vereadora na Câmara Municipal do Porto, que um grupo de deputados e vereadores de vários partidos, entre os quais do PS, onde se encontrava o presidente da autarquia, Rui Moreira. A autarquia aprovou ainda por unanimidade uma moção da CDU para “expressar pública e institucionalmente” a todas as entidades envolvidas, um apelo à viabilização da Cervejaria Galiza. “Acho que é impossível votar contra a sua moção. (...) compreendo a boa intenção e acho que é bom que a cidade, à volta destes estabelecimentos, tenha esta atitude, é por isso que nós somos uma cidade diferente. Eu diria que temos uma cidade patriótica e nós achamos que todas estas coisas fazem parte de nós”, afirmou Rui Moreira em resposta à proposta da vereadora.

Outra das visitas ao local foi feita por Catarina Martins, coordenadora do BE, que manifestou a sua solidariedade com os trabalhadores da cervejaria, “porque a situação deles é muito complicada” e recordou que “os trabalhadores foram confrontados com o facto dos donos da empresa estarem a tentar tirar tudo das instalações, não lhes pagando os salários que lhes devem”.

Fundada a 29 de julho de 1972, a cervejaria detida pela empresa Atividades Hoteleiras da Galiza Portuense é uma das referências do Porto no setor da restauração e situa-se na Rua do Campo Alegre.

CULTURA

Setor sai à rua contra falta de apoios



Setor exige 1% do Orçamento

A Plataforma Cultura em Luta convocou uma grande jornada de luta para dia 10 de dezembro, com ações em vários pontos do país, pelo financiamento adequado para o setor das artes, num protesto contra o atual panorama de degradação.

Os trabalhadores da cultura vão concentrar-se em Lisboa no Largo de S. Carlos às 18 horas.

De acordo com a Agência Lusa, a coordenação da Plataforma anunciou que haverá “grandes ações públicas em Lisboa e no Porto” e apelou à mobilização dos artistas e da sociedade para ações noutras cidades.

“Apelamos a toda a criatividade, a toda a vontade e energia (...) para levar por diante um movimento que diga não ao atual estado de coisas”, disseram os elementos da Plataforma Cultura em Luta.

A Plataforma exige uma outra política de apoio às artes e, cerca de uma semana antes da apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2020, pretende chamar a atenção para a necessidade de um reforço de financiamento.

Como patamar mínimo volta a exigir 1% do orçamento para a cultura, reclamando que, até ao final da legislatura, se deve transformar em 1% do PIB.

A jornada de luta marcada para dia 10 de dezembro servirá também para contestar o “quadro catastrófico” dos resultados dos concursos bienais do programa de apoio sustentado da Direção Geral das Artes (DGArtes), que deixou sem apoio cerca de 30% das candidaturas consideradas elegíveis para financiamento, pelos júris.

Segundo os resultados provisórios, anunciados em 11 de outubro pela DGArtes, só 60% das candidaturas elegíveis para apoio pelos júris o deverão receber, no quadro dos Concursos Sustentados Bienais 2020/2021.

Este número traduz-se em 102 candidaturas, de

diferentes entidades, com apoio garantido, deixando sem financiamento 75 de um total de 177 candidaturas, reconhecidas como elegíveis, em “qualidade e diversidade”, pelos júris de todas as áreas.

Na segunda-feira foram conhecidos os resultados definitivos do Programa de Apoio Sustentado 2020-2021, à criação, na área das Artes Visuais, que contemplam três entidades, com um financiamento total de 550 mil euros. Na terça-feira, foram divulgados os resultados na área do Circo e Artes de Rua, com duas entidades, e um valor global de 500 mil euros de apoio.

Na área do Teatro, que mobiliza o maior número de candidaturas - 62 no total de 177 elegíveis -, apenas 27 conseguiram apoio, com um valor global aproximado de 4,9 milhões de euros.

Na área da Música, foram aprovadas 15 candidaturas, num total aproximado de 2,77 milhões de euros, de apoio, a repartir por 2020 e 2021 e, em Cruzamento Disciplinar, para o mesmo período, garantiram financiamento 13 estruturas, num valor global de 2,92 milhões.

No domínio da criação, estão ainda por anunciar os apoios na área da Dança.

O período de contestação dos resultados provisórios (fase de audiência de interessados) terminou no passado dia 25 de outubro.

Cerca de uma semana antes, perto de 30 artistas entregaram ao primeiro-ministro, António Costa, cartas de contestação dos resultados provisórios dos concursos de apoio às artes.

A DGArtes já defendeu a necessidade de melhorar e corrigir o atual modelo de apoio, e a ministra da Cultura, Graça Fonseca, admitiu a necessidade de uma “revisão crítica” do modelo apesar de nada ter sido feito até ao momento nesse sentido.

A VOZ dos livros



Sob o Signo de Um Deus Menor, de Assírio Bacelar

Assírio Bacelar fala-nos, neste livro, dos jovens que nasceram em finais dos anos 1930 e conheceram os alvares do fascismo e da exclusão social a ele ligada. Vítimas, não de um deus, mas da conjuntura política da época e desse *Velho Abutre* o qual, como escreveu Sophia *é sábio e alisa as suas penas/A podridão lhe agrada e seus discursos/Têm o dom de tornar as almas mais pequenas*. De almas grandes, no entanto, em pequenos corpos, trata este livro. Jovens capitães dos sonhos desarmados, vivendo nas margens de uma cidade agreste os imaginários dúcteis de quem não se deixa submergir entre escombros e sobras e se reinventa diariamente para sobreviver ao caos.

Assírio constrói, através desta matéria frágil, uma escrita poética, sensível e tocante. Há nestas histórias juvenis, e do seu duro percurso em tempos adversos, uma humanidade, uma atmosfera, um conhecimento desses guetos das margens, dos bairros pobres de Lisboa, dos jovens adolescentes perdidos numa cidade que os escorraça e abandona, que é assertivo testemunho de um tempo e de um lugar, descritos com um realismo que entronca no melhor que o nosso neo-realismo desenvolveu sobre a mesma matéria, nos poemas e contos de Manuel da Fonseca, em *Esteiros*, de Soeiro, em *Constantino*, *Guardador de Vacas* e *de Sonhos*, e *Fanga* de Redol e em *Vagão J*, de Vergílio Ferreira. Enquanto estes autores se debruçam sobre as vicissitudes dos jovens nos espaços rurais, Assírio diz-nos da adolescência vivida em Lisboa e num período conturbado da vida europeia, com o eclodir da 2ª. Guerra.

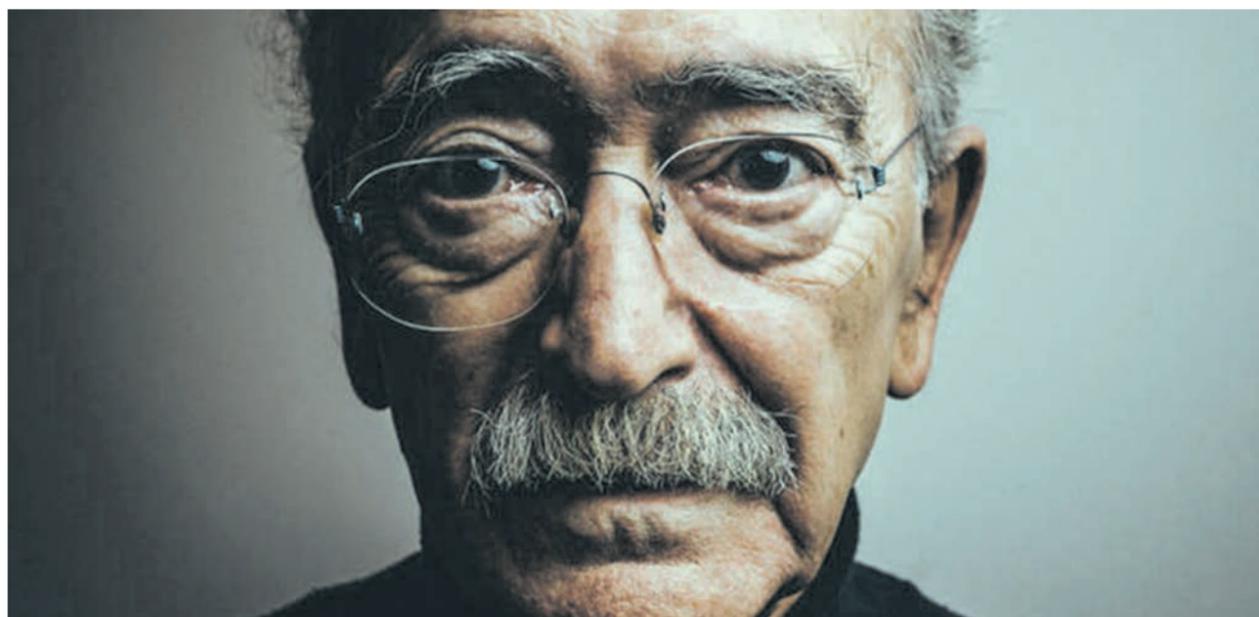
Claro que existem similitudes com o Ginetto e o Gaitinhas de *Esteiros* (os “Mão Leve” e “Ruivo” têm algo em comum com eles), havendo em ambos a explanação marxista, o espírito de tribo, a consciência crítica, que os personagens de *Sob o Signo de Um Deus Menor* também possuem, por isso denunciam a exploração de que eles e as famílias são alvo. O autor consegue, uma estrutura dialéctica que percorre os seus pontos mais impressionantes, estabelecendo e nomeando, de forma correcta, as questões políticas e sociais desse período, as lutas de classe, os esbirros do fascismo, os presos políticos, o padre progressista, o advogado justo, o MUD e o MUD-JUVENIL, Aljube, Tarrafal, etc.

Todas as componentes do humano, esse húmus essencial da nossa condição, fazem desta narrativa um testemunho maduro, historicamente enquadrado e dialecticamente pedagógico sobre um período conturbado do país e do mundo – e sobre a geração que viveu e sofreu os tempos da vergonha, do medo e do ultraje.

Sob o Signo de Um Deus Menor, de Assírio Bacelar –
Edição Vega/2019

Domingos Lobo

MÚSICA



José Mário Branco (1942 - 2019)

José Mário Branco: um companheiro nesta viagem

Youri Paiva

Na madrugada de 19 de Novembro, morreu José Mário Branco, aos 77 anos. José Mário Branco, o Zé Mário, músico, cantor, cantautor, compositor, arranjador, militante. Ou como diria, no fecho de «FMI»: «português, pequeno-burguês de origem, filho de professores primários, artista de variedades, compositor popular, aprendiz de feiticeiro [...] do Porto, muito mais vivo que morto».

José Mário Branco deixa-nos uma obra vasta. Vasta de interrogações, respostas, verdades, alertas, caminhos abertos para o que virá, pois, «que caminho tão longo, que viagem tão comprida, que deserto tão grande, sem fronteira nem medida [...] ventre calmo da terra, leve-me na tua guerra, se és minha amiga». Uma obra vasta que foi a todo o lado onde podia ir, onde José Mário

Branco quis ir: a música de intervenção, a *chanson française*, o jazz e o blues, o rock e as guitarras eléctricas, o rap, o fado e as marchas populares, os coros e gente que se junta, a música clássica e os quartetos de cordas, a música popular a dar uma mãozinha imprescindível.

E, assim, não andou sozinho: fundou o Grupo de Acção Cultural (GAC) – Vozes na Luta, participou em discos de José Afonso, Sérgio Godinho, José Jorge Letria, Carlos do Carmo, Janita Salomé, Gaiteiros de Lisboa, Amélia Muge, Camané ou Kátia Guerreiro, gravou com os Mão Morta e os Peste & Sida. Participou em filmes de João Canijo, João César Monteiro, Jorge Silva Melo, Luís Galvão Teles, Paulo Rocha, Rita Azevedo Gomes ou Solveig Nordlund. Fez teatro e música para teatro, em França, no Groupe Organon, e em Portugal, na Comuna, no Teatro do Mundo – companhia que fundou –, no Teatro Experimental de

Cascais, na Cornucópia, n'O Bando, n'A Barraca.

Militou em partidos: no PCP, na UDP e no BE. Militou em jornais: na *Política Operária*, no *Mudar de vida*, no *Passa Palavra*. Foi solidário com lutas de trabalhadores e estudantes, percorreu o país durante o PREC, a cantar, a ensinar, a aprender. Zangou-se, rompeu, desiludiu-se muitas vezes. Foi solidário, assim, p'ralém da vida.

José Mário Branco, marginal de certa maneira, cantou contra a guerra em «A ronda do soldadinho», em 1969, e voltou ao tema do colonialismo, muitos anos depois, em 2004, em «Canto dos torna-viagem». Cantou contra o paternalismo e o machismo, em «Aqui dentro de casa». Contou a desilusão do 25 de Novembro em «Eu vim de longe, eu vou para longe». Denunciou o poder dos média, da sua luz brilhante, omnipresente-nesga e hipnotizante, em «Menina dos meus olhos». Deixou-nos sementes do seu peito, em «Eh! Companheiro».

Num concerto, dizia que «a afinação é um conceito pequeno-burguês», depois de se ter demorado a afinar a guitarra. Uma contradição descontraída, para quem era importante a clareza da mensagem: para se perceber, para ter impacto, é preciso ouvir-se bem, era preciso passar bem a mensagem, com qualidade. Fosse em concertos solidários – e houve tantos, para tantos de nós, todos eles importantes –, como em concertos nas grandes salas de espectáculo. No José Mário Branco havia uma grande exigência com o presente para construir o futuro. E um compromisso com os que «somos explorados no trabalho, e não só».

Interrogou-nos, a certa altura (foi em 1978, n'A Mãe), no meio das canseiras desta vida, se «é na morte ou é na vida que está a chave escondida». E agora, Zé Mário, depois de tantos anos de inquietações (ai, porquê não sei, mas sei, é que não sei – ainda), perguntamos: como continuar?

Em tensão, «como um arco tenso com a seta apontada para o futuro». E acompanhado: nesta viagem cada um vai metendo «um pauzinho na engrenagem».

Em 2018, José Mário Branco reeditou toda a sua obra em disco, editou um novo disco de inéditos e disponibilizou todo o seu arquivo no CESEM da FCSH-UNL, que pode ser consultado online. São ferramentas para mudar de vida.

Sugestões culturais:

Tempo Comum
de Susana Nobre



Num apartamento em Lisboa, Marta entrega-se aos cuidados maternos da sua primeira filha, enquanto convalesce do parto. Nestes primeiros tempos são visitadas por familiares e amigos que ao serem envolvidos no espaço de intimidade da casa, narram histórias de vida. Nas diversas sequências assistimos em Tempo Comum ao desenrolar do ciclo da vida narrado por diversas vozes, fragmentos que se misturam com o momento que Marta está a viver.

Podem Chamar-me Eurídice
Orlando da Costa



Pelos 90 anos do escritor comunista, as edições Avante! apresentam uma reedição especial da obra, originalmente publicada em 1964 e logo censurada. A presente edição conta com prefácio de Ana Margarida de Carvalho e pinturas originais de José Santa-Bárbara. A história retrata um amor juvenil, marcado pelo duro contexto do fascismo e a corajosa luta daquela jovem geração pela liberdade.

O Futuro Próximo - O Nosso Desporto Preferido, de Gonçalo Waddington



Em cena no teatro Nacional D.Maria II, de 5 a 15 de dezembro, a terceira peça de uma tetralogia continua a reflexão sobre a nossa evolução enquanto espécie. As personagens são as mesmas que começaram a saga, mas agora bastante mais velhas e vivendo rodeadas das comodidades necessárias para fingir a morte. Mas é precisamente a morte o que elas desejam. O seu único objetivo é perceber como e onde falharam.

BABAR + FALA-BICHO
d'A Corda Teatro



Teatro para a infância no teatro da Malaposta, entre 10 e 22 de dezembro, as duas peças serão apresentadas de seguida. Na primeira dão-se a conhecer as aventuras que levaram Babar, o famoso elefante, da floresta para a cidade e de volta à floresta; na segunda, encontrar-se-ão bichos que falam e brincam numa linguagem que explora sons e a imaginação. Ambas as peças serão acompanhadas de música ao vivo.

CGTP-IN

Arranca semana de combate à precariedade

Integrada na semana de combate à precariedade, iniciativa da CGTP que decorre de 2 a 6 de dezembro, os três sindicatos que representam os trabalhadores dos *callcenter* das empresas de telecomunicações vão realizar uma concentração, no Ministério do Trabalho, onde vai ser entregue ao governo um documento a exigir que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo.

De acordo com o *AbrilAbril*, a iniciativa surge na sequência da greve de 31 de outubro, nos *callcenter* das telecomunicações (NOS e Altice), onde “ficou demonstrado que os trabalhadores estão unidos na luta por melhores condições de trabalho, por mais salário e pela integração nas empresas utilizadoras” (NOS, Altice e Vodafone), vinculam os três sindicatos que promovem a concentração, o Sindicato dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), Sindicato das Indústrias Eléctrica (SIESI) e Sindicato das Telecomunicações e Audiovisual (Sinttav).

O momento exige “a continuidade da luta nos locais de trabalho e nas ruas”, afirmam os sindicatos, que decidiram levar a cabo plenários conjuntos por todo o País para fazer com os trabalhadores o balanço da acção de luta do dia 31 de Outubro, bem como discutir as próximas formas de luta.

A adesão à greve de 31 de Outubro teve um “expressivo impacto” em muitos locais de trabalho e por todo o País e, além de um sinal para as empresas, é também



“um sinal para o Governo de que os trabalhadores não se identificam com este modelo económico de baixos salários e de precariedade” que é da inteira responsabilidade dos sucessivos governos, incluindo o actual.

VOZ

Aprovado por unanimidade Plano e Orçamento para 2020

Realizou-se no passado dia 21 de novembro uma Assembleia Geral Ordinária d'A Voz do Operário na qual os participantes aprovaram por unanimidade alterações aos Estatutos e o Plano de Atividades e Orçamento para 2020. O documento refere que neste ano se atingiram, pelo segundo ano consecutivo, um volume de receitas acima dos cinco milhões de euros com um correspondente crescimento na atividade com natural destaque para a área educativa. Prossegue-se o caminho de equilíbrio da situação económica e financeira com a realização de importantes investimentos para manter e melhorar a qualidade do serviço prestado.

De acordo com o documento aprovado, este incremento abrangeu as diferentes áreas da atividade da instituição, merecendo destaque a área educativa, em que a oferta, integrando as valências de creche, creche-familiar, pré-escolar, 1.º ciclo e 2.º ciclo, aumentou de novo o número de inscrições, havendo várias situações em que essa ocupação está para além do número de crianças participadas pelas entidades públicas.

Ainda assim, o trabalho de equilíbrio financeiro foi acompanhado por investimentos que abrangem não só os diferentes equipamentos educativos mas também o programa em curso de reabilitação do Salão de Festas.

Foi apresentada ainda uma candidatura ao PARES, da responsabilidade da Segurança Social, para reabilitação do equipamento de Creche e Pré-escolar da Graça.

Para 2020, o plano aponta uma estimativa de um novo reforço da atividade, cujos proveitos gerados, admitindo igualmente a melhoria das receitas provenientes do apoio às famílias prestado pelas entidades públicas, possam compensar o natural acréscimo nos custos e permita apresentar um resultado positivo.

No plano educativo, os serviços educativos da instituição propõem-se avançar em torno de quatro pontos: a perspetiva sociocultural do trabalho pedagógico, os processos e instrumentos a serem seguidos e desenvolvidos pelos docentes, a interação entre cada comunidade escolar e a comunidade educativa da qual essas comunidades escolares fazem parte e o desenvolvimento profissional de todo o pessoal docente e não docente com tarefas pedagógicas.

Segundo o documento, a Ação Social vai continuar a ser uma prioridade d'A Voz do Operário com o desenvolvimento do trabalho do Centro de Convívio, do Serviço de Apoio Domiciliário, do Lisboa +55, em parceria com a autarquia, do programa de atividade física e saúde, do Cabeleireiro Social e do Serviço de Psicologia para a comunidade.

A Voz do Operário há 100 anos

O nosso aniversário

Continúa a imprensa a referir-se com louvor ao 40.º aniversário d'A *Voz do Operário*. Assim, *O Domingo*, semanário de Aldegallega, escreve estas palavras amigas:

«A *Voz do Operário*. Este nosso presado collega da capital acaba de entrar no 41.º ano de existencia. A *Voz do Operário* é um dos jornais de maior circulação dentro do país, devido á sua boa conducta e aos bons serviços prestados ao proletariado portuguez.

«Junto a nossa admiração como vem, ha tantos annos, edificando a sua grande obra, as nossas mais vivas saudações com o desejo sincero de que prosiga, sem desfallecimentos, na defesa da instituição d'onde tem espargido tanta luz e tanto bem para os filhos do povo.»

A *Solidariedade*, quinzenario de Elvas, de que é redactor o nosso amigo Ruy Forsado, escreve:

«Festejou no outro dia o seu 40.º aniversário esta prestantissima collectividade lisbonense, que honra a classe trabalhadora.

«Tambem o seu órgão publicou um numero especial commemorativo de tal data, brilhantemente collaborado.

«A todos os seus componentes, especializando Fernando Alves, um dos mais intelligentes propagandistas do movimento operario e que é a alma d'esse velho confrade, apresentamos as nossas mais entusiasticas saudações.»

A estes presos collegas, e a todos que, com palavras amigas, se nos teem dirigido, as nossas saudações e o testemunho leal da nossa camaradagem.

Theatro Recreios da Graça

Quando a actual empresa, que explora o antigo salão da Caixa Económica Operária, inaugurou a sua época, nós, que somos pouco propensos a réclames, fizemos o elogio d'essa empresa. É porque conheciamos perfeitamente os seus intuitos, a obra moralisadora e artistica a que ella se dedicava. Essa empresa acabava de fechar a sua época, explorando o genero alegre e expansivo da operetta, e colhendo resultados do seu esforço. Se fosse uma empresa mercantilista, unica e simplesmente na mira de ganhar dinheiro, continuava a explorar o genero que lhe dera resultados algo satisfatorios. Mas não. A empresa quiz ir mais longe, corresponder com nobresa á gentileza do publico. E assim, resolveu inaugurar a época de inverno, fazendo representar todo o repertorio dos theatros de primeira ordem, e dando assim a conhecer ao publico, por preços economicos, as grandes obras de arte, os dramas sensacionaes, as comedias finas e delicadas, em que a graça se exhibe naturalmente.

7 de dezembro de 1919